



DECISÃO INTERLOCUTÓRIA 02/2016

Tratam os autos de procedimento licitatório n. 02.2016 com vistas à contratação de empresa para construção da Clínica Veterinária do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas Campus Manaus Zona Leste.

O procedimento se encontra na fase de aceitação da proposta da empresa Turin Construções LTDA.

A Comissão Permanente de Licitação (CPL), na Ata de Julgamento das propostas, dia 11.07.2016, decidiu pela não aceitação das propostas das empresas **Divino Pereira Alves – ME** e **J.P.V DA SILVA E CIA. LTDA.**

Destarte, a CPL intimou a empresa Turin Construções LTDA para que fosse apresentada a respectiva Composição de Custo Unitário (CCU), visto que a Engenharia deu parecer favorável à planilha de preços apresentada, conforme Parecer Técnico n. 17/2016.

Após a apresentação da Composição de Custo Unitário, a Engenharia, mediante Parecer Técnico n. 18/2016 assim se manifestou:

(...)

Da análise dos fatos:

Os itens 8.1 (estrutura para telha ondulada) e 11.38 (reservatório metálico vertical 30.000l) da planilha orçamentária da empresa TURIN CONSTRUÇÕES LTDA não estão de acordo com suas composições unitárias.

Já o valor total da obra no cronograma físico financeiro não está de acordo com o valor global de sua planilha orçamentária, uma vez que o BDI aplicado no cronograma físico financeiro não é o mesmo cotado em sua composição.

A TURIN apresentou também vários preços de insumos muito abaixo do mercado, porém sua proposta não está inexequível uma vez que o art. 48, §1º da Lei n. 8.666/93 respalda tal proposta, visto que a empresa TURIN não apresentou propostas cujos valores sejam inferiores a 70% do valor orçado por este Instituto.

(...)

Assim, esta Coordenação de Engenharia sugere que a empresa TURIN CONSTRUÇÕES LTDA deva corrigir os itens 8.1 (...) e 11.38 (...) da planilha orçamentária da empresa, de modo que ambos fiquem de acordo com as respectivas composições unitárias.

A TURIN deve corrigir também seu cronograma de desembolso físico financeiro conforme sua planilha orçamentária de e acordo com as respectivas composições unitárias.

(...)



No mesmo dia da emissão do parecer a empresa VEMA BLOKUS CONSTRUÇÃO E CONSERVAÇÃO DE PRÉDIOS LTDA. - EPP (fl. 2562-2572) protocolou nesse Instituto Recurso Administrativo à planilha de preços/composição de custo unitário da empresa TURIN CONSTRUÇÕES LTDA.

A Comissão enviou à Coordenação de Engenharia para Parecer Técnico n. 17/2016 que, de igual modo, reiterou o que já havia sido dito no Parecer Técnico n. 18/2016.

Face ao exposto, por ter a Comissão não se retratado acerca de consagrar vencedora a empresa TURIN CONSTRUÇÕES LTDA., fez os autos subirem nos termos do art. 109, §4^o para que eu decidisse a respeito de a TURIN CONSTRUÇÕES LTDA. ser sagrada vencedora do certame.

É a perfunctória síntese relevante dos autos até o presente momento.

Diante dos fatos acima narrados, servir-me-ei da presente Decisão para analisar o recurso da empresa VEMA BLOKUS LTDA. – ME quanto aos pressupostos e quanto ao mérito para, ao fim, sagrar ou não vencedora a empresa TURIN CONSTRUÇÕES LTDA.

Pois bem.

Do Recurso apresentado pela empresa VEMA BLOKUS LTDA. – ME, anoto que quanto aos pressupostos, anoto que a empresa VEMA BLOKUS LTDA. – ME protocolou no setor competente dia 15.07.2016, às 11:26, o Recurso, sendo certo este estar dentro do prazo e ter cumprimento as regras formais editalícias.

Portanto, recebo o recurso para análise de mérito.

Quanto ao mérito desenvolvido pela empresa no bojo do recurso, informo que a empresa atacou 4 (quatro) empresas, quais sejam: a) 3º colocada, TURIN CONSTRUÇÕES LTDA; b) 4º colocada, J.J. BARROSO LTDA – ME; c) 5º colocada, HB ENGENHARIA LTDA; e d) 6º colocada, H.N. LEITE – EPP.

¹ Art. 109 (...)

§ 4º O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

✓



Com isso, *prima facie*, escuso-me, neste momento, de analisar o mérito do recurso que não seja atinente à empresa TURIN CONSTRUÇÕES LTDA., em abono ao princípio da eficiência e finalidade pública, haja vista as outras empresas ainda não serem foco dos autos.

Sendo assim, gize-se que o Recurso Administrativo que ataca a empresa TURIN CONSTRUÇÕES LTDA. está fincado em três pilares, quais sejam:

- 1) O fato de empresa TURIN CONSTRUÇÕES LTDA. ter apresentado na Carta Proposta (Planilha Orçamentária) o valor de R\$ 498.321,58 e no Cronograma Físico Financeiro ter apresentado valor de R\$ 484.854,50 ferindo, portanto, os itens 6.5 e 7.6 c/c o art. 41 e 48 da Lei n. 8.666/93 (fls. 2563 e 2564);
- 2) O fato de a empresa TURIN CONSTRUÇÕES LTDA. ter apresentado planilha percentuais diferentes/alterados na discriminação dos serviços (fl. 2564);
- 3) Ter a Administração aceitado, de forma intempestiva, a planilha da empresa TURIN CONSTRUÇÕES LTDA., isso porque o prazo seria de 12.07.2016 com encerramento em 13.07.2016 e teve um despacho alongado da Comissão Permanente de Licitação para o dia 14.07.2016, o que, de acordo com o recurso, é um favorecimento à empresa.

Feitas essas breves considerações, analisarei cada uma delas esmiuçadamente abaixo.

Compulsando os autos, mormente as documentações da empresa TURIN CONSTRUÇÕES LTDA., percebo que houve erro quanto aos valores propostos pela empresa, visto que na Carta Proposta (fl. 2499) e na Planilha Orçamentária (fl. 2.505) constam como valor final da obra ofertado pela licitante: R\$498.321,58 (quatrocentos e noventa e oito mil trezentos e vinte e um reais e cinquenta e oito centavos), ao passo que no Cronograma Físico-Financeiro (fl. 2506), o preço total final é de R\$484.854,50 (quatrocentos e oitenta e quatro mil, oitocentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta centavos).

Num olhar superficial e desprezioso, seria clara a necessidade de desclassificação da proposta. Contudo, passo a expor o seguinte:



À fl. 2507, que consta a Composição de BDI da empresa, o valor total do BDI é de 23,96 (vinte e três virgula noventa e seis).

Quando analisamos detidamente tanto a Planilha Orçamentária quanto o Cronograma Físico-Financeiro, percebe-se que o valor total da obra, sem o BDI, é de R\$ 402.001,92 (quatrocentos e dois mil e um reais e noventa e dois centavos), pelo que se infere que o erro foi meramente formal na aplicação do BDI do Cronograma.

O erro formal diferencia-se do erro material pelo fato de aquele, o erro formal, não viciar nem tornar inválido o documento.

Haverá um erro formal no documento quando for possível, pelo contexto e pelas circunstâncias, identificar a coisa e validar o ato. Se um documento é produzido de forma diferente da exigida, mas alcançou os objetivos pretendidos ou a finalidade essencial, reputar-se-á válido.

Inclusive, conforme mapa de apuração (fl. 2509), observa-se que a TURIN CONSTRUÇÕES LTDA foi classificada pelo maior preço apresentado (R\$ 498.321,28), ou seja, não gerou nenhum dano a nenhuma das outras licitantes. E mais: mesmo que tivesse sido julgada pelo preço menor (R\$484.854,50), a empresa continuaria a ocupar a terceira posição.

O que, friso novamente, não traz nenhum dano as outras licitantes.

Agora é de se indagar: pode um mero erro formal desclassificar uma empresa de um certame licitatório? Entendo que não, porque tal decisão contrária colocaria a perder todo um ordenamento jurídico vigente no país, mormente por ferir princípios basilares do direito administrativo; cito só alguns: eficiência, economicidade, legalidade, razoabilidade, proporcionalidade, boa-fé, etc.

Destaco, por fim, que a teleologia impregnada no item 6.5² do edital é proibir que as empresas alterem **quantitativos físicos da licitação**. Em palavras simples: se se licitou 100

² 6.5 - Não serão admitidas quaisquer alterações nos quantitativos, seja na planilha orçamentária ou no cronograma físico financeiro, sob pena de desclassificação da proposta.

✓



telhas, devem ser entregues 100 telhas. O que ocorreu no caso em tela não foi a alteração do quantitativo físico, mas, como já exposto, um mero erro formal de aplicação de BDI.

Face ao exposto, **quanto a esse critério em específico**, determino que a TURIN CONSTRUÇÕES LTDA. permaneça na disputa e que, caso corrija a aplicação do BDI no Cronograma Físico-Financeiro, seja sagrada vencedora do certame, desde que não haja outro fato impeditivo a isso.

Prossigo agora para analisar o segundo pilar recursal: a diferença de percentuais na planilha.

Esse assunto já foi e muito debatido nos autos (inclusive acima), tanto no Parecer Técnico n. 17 quanto no de número 18, ambos da Engenharia.

Aqueles valores dados pela Administração é um mero norte a ser seguido, sendo certo que cada empresa aplicará os valores que lhe couber.

Não é à toa que a própria empresa VEMA BLOKUS LTDA – ME, quando apresentou a respectiva Planilha (fl. 23.27), colocou valores diferentes daqueles previstos no Edital, ou seja, a vertente atacada pela empresa também serve para ela mesma.

Registro que TODAS as empresas que participaram do certame apresentaram valores diferentes aos dos propostos pela engenharia, o que endossa ainda mais o caráter meramente norteador da planilha mais vetusta.

Por ter sido esse assunto deveras abordado, principalmente pelo setor competente, a Engenharia, dou o assunto por debatido. Destarte, não deve ser a TURIN CONSTRUÇÕES LTDA. desclassificada pelos fatos apresentados pela empresa recorrente, exclusivamente quanto a esse ponto.

Passo agora à análise do terceiro e último pilar constante do Recurso da empresa VEMA BLOKUS CONSTRUÇÕES LTDA., qual seja, a dilação de prazo para a apresentação da Composição de Custo Unitário.

Para analisar o presente item, peço *venia* para trazer à baila o que preconiza o item 6.2, “i”, do edital, *verbis*:

✓



6.2 - As propostas deverão ser apresentadas em 1 (uma) via original, redigida de forma clara em língua portuguesa, em papel timbrado da empresa, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, datada e assinada, devendo a última folha ser assinada e identificada por meio de carimbo ou escrita por meio mecânico ou eletrônico e as demais rubricadas pelo representante legal da empresa, acondicionadas em envelopes devidamente fechados e conterão, obrigatoriamente:

(...)

i) Composição de custos unitários; (Apenas para empresa vencedora do certame devendo apresentar **até 2 (dois) dias úteis** depois de declarada vencedora).

Observa-se que o Edital é claro ao dizer que o licitante tem 2 (dois) dias úteis para protocolar no Instituto a Composição de Custo Unitária. Ocorre que do dia 04.07.2016 ao dia 20.07.2016, o horário normal de funcionamento do Instituto (07:30-11:30 e 13:00-17:00) foi alterado para funcionar somente meio expediente, ou seja, das 07:30 às 13:30.

Só da simples leitura do parágrafo acima se percebe que a licitante teria reduzido seu prazo de entrega da respectiva Composição. Inclusive, como o próprio edital fala em **dia útil**, infere-se que o dia útil nesse instituto é marcado pelo horário de funcionamento das 07:30-11:30 e 13:00-17:00, que não foi o que ocorreu quando a empresa teve seu prazo para apresentação da Composição.

Não pode, em nenhuma hipótese, ser restringido o caráter competitivo da licitação, sendo essa orientação, praticamente uma “cláusula pétrea” licitatória.

Destarte, vejo como acertada a decisão da Comissão em dilatar o prazo em 1 (um) dia a mais, em abono, principalmente, ao princípio da isonomia, da proporcionalidade, da razoabilidade e da competitividade.

Por isso, quanto a esse item, não vejo motivos para desclassificar a empresa TURIN CONSTRUÇÕES LTDA.

Face ao exposto, e sopesando tudo o que mais dos autos consta, SAGRO VENCEDORA DO CERTAME TOMADA DE PREÇOS N. 02/2016 A EMPRESA TURIN CONSTRUÇÕES LTDA., DESDE QUE APRESENTE, EM PRAZO NÃO SUPERIOR A 2 (DOIS) DIAS ÚTEIS, AS PLANILHAS E DOCUMENTOS CORRIGIDOS, NOS TERMOS DO PARECER N. 17 E 18 DA ENGENHARIA DESTE INSTITUTO.

✓



Ademais, não poderia encerrar a presente Decisão Interlocutória sem citar os seguintes excertos do Recurso da empresa VEMA BLOKUS LTDA – ME, *ipsis litteris* (fls. 2569, 2570 e 2571):

O agente público deve refletir qual é o seu papel e ter, exacerbada cautela no seu proceder, (sic) e como pode desempenhar com excelência as suas atribuições. Ou seja, o Agente Público trabalha dentro de uma grande organização que é a Administração Pública. Nesta grande organização, todos prestam contas de suas ações, desde o funcionário (sic) a quem cabe executar uma simples tarefa até o Presidente da República que deve explicar à sociedade e à opinião pública. Temos que prestar contas de nossas ações, do que fizemos ou deixamos de fazer e o porquê. (...)

O art. 82 da Lei n. 8.666/93 esclarece que, os agentes administrativos que praticarem atos em desacordo com os preceitos desta Lei ou visando a frustrar os objetivos da licitação sujeitam-se às sanções previstas nesta Lei e nos regulamentos próprios, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal que seu ato ensejar.

A fim de lidar com esse grave problema, o objetivo principal é alertar os agentes de compras governamentais quanto aos cuidados que deve ter antes de HOMOLOGAR um contrato (sic). A contribuição que esses servidores podem fornecer é inestimável, pois são eles que estão “na linha de frente” dos procedimentos, elaborando os editais e concretizando as compras públicas de que tanto o País necessita.

(...)

O TCU alerta que o descumprimento de decisão do Tribunal, salvo motivo justificado, enseja a aplicação de multa, conforme prevê o art. 268, inciso VII e §3º, do Regimento Interno/TCU.

Com efeito. A empresa recorrente comunica a esse Conceituado INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, conforme Art. 113, §1º da Lei n. 8.666/93 c/c o art. 74, §2º da Constituição Federal, que se reserva no direito de encaminhar cópia desse processo licitatório junto ao TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO e MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, para conhecimento dos fatos e tomar as devidas providências que o caso requer. (erros no original)

Observa-se, nas entrelinhas, uma ameaça velada tanto a este Administrador Público quanto à Comissão Permanente de Licitação e, mais ainda, aos servidores dessa casa.

Anoto que esse Instituto é dotado de servidores capacitados (concursados), com histórico tanto de mérito quanto de capacitação e, ainda, lotado nos setores aos quais lhe são afetos, a fim de desempenhar o melhor papel à sociedade, grande destinatária dos serviços.

É totalmente despidendo a ameaça, mesmo que velada, de qualquer um do povo aos servidores dessa casa, que tanto colaboram com a sociedade.

Nenhuma pessoa é isenta de erro, mas a busca por excelência deve sempre ser uma constante na vida de todos, sejam eles servidores públicos ou não. E é exatamente o que os

✓



servidores dessa casa fazem. Por isso, é certeza que todos os procedimentos adotados na licitação foram feitos da maneira com a qual acreditam a lei ter sido feita, não necessitando o alerta velado de ameaça. Não é à toa que eles foram todos cancelados e ratificados por parte desse Administrador Público.

Não podem os agentes públicos agirem com medo ou ameaçados, por isso, rechaço veementemente qualquer atitude daqueles que queiram, minimamente, constranger qualquer servidor dessa casa.

Para não me alongar mais: Publique-se o presente *DECISUM* no sítio on-line do Instituto e intime-se, de pronto, a empresa TURIN CONSTRUÇÕES LTDA. para apresentar, em prazo não superior a 2 (dois) dias úteis, as planilhas e documentos corrigidos, nos termos do parecer n. 17 e 18 da engenharia deste Instituto.

Após apresentação, envie-se à Coordenação de Engenharia para análise. No caso do Parecer ser favorável, emita-se o Relatório Final e venham os autos a mim para Homologação e Adjudicação.

Gabinete do Diretor Geral, 25.07.2016.

Aldenir de Carvalho Caetano
Diretor Geral

Portaria GR/IFAM Nº 1.063, de 26.03.2015.